

em máximos históricos. Mas tem consequências para famílias, empresas e Estado. Muitas são negativas

Leve com a nossa vida

Risco de recessão na zona euro está a aumentar

Subida dos juros acentua abrandamento associado à guerra na Ucrânia. Eventual corte de gás russo é a maior ameaça

A possibilidade de a economia da zona euro entrar em recessão não é o cenário central para os economistas, mas o risco tem vindo a aumentar. É essa a mensagem ouvida pelo Expresso junto de vários especialistas.

“O aumento das taxas de juro tenderá a diminuir o consumo e o investimento da maioria das famílias e empresas, e desta forma contribuir para o abrandamento da economia”, aponta Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE, argumentando que “numa altura em que as taxas de inflação ainda não começaram a cair de forma pronunciada para o objetivo dos 2%, não será necessariamente um problema”. Contudo, “é preciso ser prudente para que o abrandamento da economia seja o necessário para retomar a normalidade dos valores da inflação, mas não mais do que isso”, alerta.

É um “caminho estreito” o que o BCE enfrenta, vinca o estudo “Hard or soft landing?”, publicado pelo Bank for International Settlements. “Apertar demasiado ou muito rapidamente pode resultar em stress financeiro e uma aterragem dura, infligindo danos desnecessários à economia. Mas, apertar demasiado lentamente pode deixar as pressões inflacionistas tornarem-se persistentes, exigindo ações mais fortes e custosas mais à frente”, avisam os autores.

As projeções apontam para um abrandamento da economia europeia, mas não para uma recessão

As projeções apontam para um abrandamento da economia europeia, mas não para uma recessão. A Comissão Europeia antecipa uma expansão da zona euro de 2,6% este ano — com Portugal a liderar o crescimento nos 6,5% — e de 1,4% em 2023 — com Portugal a abrandar para 1,9%.

“O cenário de recessão é possível, mas não parece ser ainda o central”, salienta João Borges de Assunção, professor da Católica-Lisbon, salientando que, em caso de forte arrefecimento, “em particular associado a subidas do desemprego, será de esperar uma normalização mais lenta da política monetária”. Paula Carvalho, economista-chefe do BPI, aponta no mesmo sentido: “O cenário de recessão tem alguma probabilidade de ocorrência, não só pela subida dos juros e ambiente financeiro mais restritivo, como sobretudo pelas consequências da guerra na Ucrânia, e, em concreto, a incerteza relativamente ao abastecimento de energia à Europa. Não é o cenário central, mas a sua probabilidade tem vindo a aumentar.” Um corte definitivo do abastecimento de gás natural russo é a principal ameaça e “lançará a Europa numa recessão, disso tenho poucas dúvidas”, salienta Pedro Brinca. Mas, “tirando a questão energética, não me parece que uma recessão seja uma inevitabilidade”, remata.

Impacto de taxas de juro mais elevadas

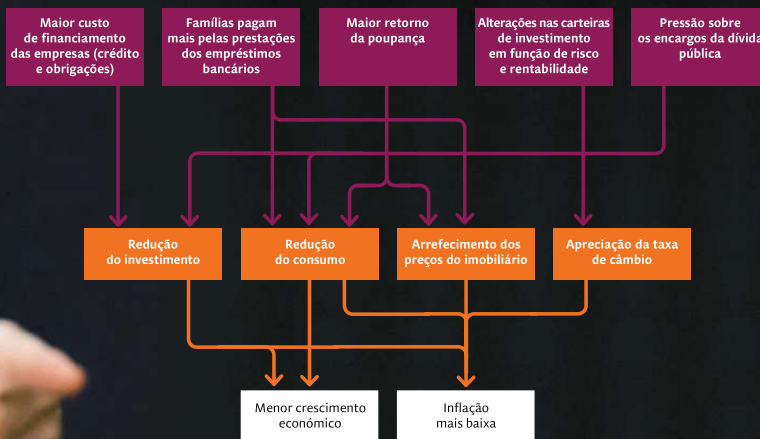


FOTO: VINCENT ISORE/GETTY IMAGES

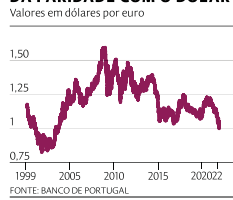
Câmbio Depreciação do euro face ao dólar pode continuar

o. E prossegue: vai ter um para a margem os, com nos resultados , mas é preciso ndendo do mia evolua, er empresas, r a acrescidas ições para , caso truturasções ou imento, terá nparidades e ilo Pinho diz ara saber”, mas bida da otencial pacto negativo e crédito”. I.V.

Com a Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) bem mais avançada do que o BCE na subida das taxas de juro diretas e o contexto de guerra na Ucrânia a penalizar as perspetivas económicas para a zona euro, a moeda única europeia tem vindo a perder terreno para o dólar, recuando para perto da paridade. Uma depreciação que “não é prejudicial para a atividade económica na zona euro no curto prazo”, considera João Borges de Assunção, economista e professor da Católica-Lisbon. O problema é que as importações se tornam mais onerosas (incluindo petróleo e outras fontes de energia, bem como matérias-primas). É a chamada inflação importada, que significa, em última análise, mais inflação na zona euro, penalizando famílias e empresas. Aliás, mesmo que o preço das matérias-primas e produtos energéticos recue expresso em dólares, a perda de valor do euro pode anular essa queda, impedindo que famílias e empresas beneficiem dessa descida e que a inflação abrande no espaço da moeda única. A subida dos juros por Frankfurt procura contrariar esta evolução, já que significa uma redução do

diferencial de juros face ao dólar, para travar fluxos financeiros de saída do euro. Mas, com impacto limitado, consideram os economistas. “É possível que a reação não seja significativa”, considera Paula Carvalho. A não ser, claro, que o BCE surpreenda os mercados financeiros na dimensão da subida dos juros. “As taxas de juro na zona euro continuarão mais baixas que nos EUA, pelo que a taxa de câmbio tenderá a refletir esse diferencial”, aponta João Borges de Assunção. Acresce que, “se a FED for mais bem sucedida do que o BCE no abrandamento da inflação, a depreciação do euro face ao dólar tenderá a acentuar-se”, aponta Pedro Brinca.

EURO RECUA PARA PERTO DA PARIDADE COM O DÓLAR



FORNTE: BANCO DE PORTUGAL

Estado Aumenta a pressão sobre as contas públicas

Com o BCE a endurecer a sua política monetária — primeiro anunciando o fim dos programas de compra de dívida, agora avançando para a subida da sua taxa de juro de referência —, os juros da dívida soberana dos países do euro começaram a subir, o custo de financiamento dos Estados agravou-se e aumentaram os encargos com o serviço da dívida. Uma evolução que afeta, sobretudo, os países mais endividados do euro, como Portugal. A pressão sobre as contas públicas portuguesas ainda não se sente de forma visível. Até porque com a economia a crescer em força este ano em termos reais — impulsionada pela recuperação do turismo e pelo forte arranque de 2022 deverá liderar o crescimento entre os países da União Europeia — e ainda mais em termos nominais, devido à escalada dos preços, as receitas do Estado com impostos e contribuições para a Segurança Social estão em forte alta. Só que já não será assim em 2023, quando todas as projeções apontam para um forte abrandamento da economia portuguesa, ao mesmo tempo que aumentará os encargos com o pagamento aos investidores dos cupões das obrigações do tesouro

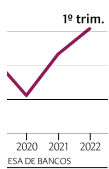
emitidas este ano, já com taxas de juro mais elevadas. Nesta conjuntura, que caminho seguirá o Governo de António Costa para manter as contas públicas em ordem é ainda uma incógnita. Mas outras despesas, como os salários da função pública, ficam sob pressão numa altura de fortes reivindicações dos funcionários públicos face à escalada da inflação. Também sob pressão fica a despesa com investimento, em plena execução do Plano de Recuperação e Resiliência. Outra área em foco são as prestações sociais. No que toca às pensões, a regra de atualização anual será cumprida, garante o Governo. O que deve ditar o maior aumento de sempre.

TAXA DE JURO DAS OBRIGAÇÕES A 10 ANOS



FORNTE: INVESTING

DO CAPITAL PARA



ESA DE BANCOS